

Título:	3.	Instrução e exame de processos – aspectos gerais
Capítulo:	4.	Diretrizes de análise de processos
Seção:	60.	Base legal e regulamentar
Subseção:	20.	Normas

Resolução CMN

[Resolução nº 2.027, de 24 de novembro de 1993](#) – Dispõe sobre a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central para fins de recolhimento das quantias recebidas na subscrição inicial e nos aumentos de capital em espécie das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Resolução nº 2.882, de 30 de agosto de 2001](#) – Dispõe sobre o sistema de pagamentos e as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação que o integram.

[Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011](#) – Altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País.

[Resolução nº 4.072, de 26 de abril de 2012](#) – Altera e consolida as normas sobre a instalação, no País, de dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012](#) – Estabelece requisitos e procedimentos para constituição, autorização para funcionamento, cancelamento de autorização, alterações de controle, reorganizações societárias e condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições que especifica.

[Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013](#) – Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).

[Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013](#) – Altera e consolida as normas que dispõem sobre o estatuto e o regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

[Resolução nº 4.282, de 4 de novembro de 2013](#) – Estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), de que trata a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

Título:	3.	Instrução e exame de processos – aspectos gerais
Capítulo:	4.	Diretrizes de análise de processos
Seção:	60.	Base legal e regulamentar
Subseção:	20.	Normas

[Resolução nº 4.284, de 5 de novembro de 2013](#) – Aprova o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e estabelece a forma de contribuição.

[Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015](#) – Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências.

[Resolução nº 4.454, de 17 de dezembro de 2015](#) – Dispõe sobre auditoria cooperativa no segmento de cooperativas de crédito.

[Resolução nº 4.598, de 29 de agosto de 2017](#) – Dispõe sobre a emissão de Letras Imobiliárias Garantidas por parte das instituições financeiras que especifica.

[Resolução nº 4.619, de 21 de dezembro de 2017](#) – Estabelece prazos a serem observados pelo Banco Central do Brasil, no âmbito dos processos relativos aos pedidos de autorização para constituição e funcionamento, alteração de controle e alteração estatutária ou contratual de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcios e instituições de pagamento.

[Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018](#) – Dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimo entre pessoas, disciplina a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica e estabelece os requisitos e os procedimentos para autorização para funcionamento, transferência de controle societário, reorganização societária e cancelamento da autorização dessas instituições.

[Resolução nº 4.716, de 25 de abril de 2019](#) – Estabelece regras para autorização de captação de poupança rural por cooperativas de crédito e disciplina o cumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural e do encaixe obrigatório advindos dessa captação, de que trata a Seção 4 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR).

[Resolução nº 4.721, de 30 de maio de 2019](#) – Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as reorganizações societárias e o cancelamento da autorização para funcionamento das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte.

Título:	3.	Instrução e exame de processos – aspectos gerais
Capítulo:	4.	Diretrizes de análise de processos
Seção:	60.	Base legal e regulamentar
Subseção:	20.	Normas

Resolução nº 4.737, de 29 de julho de 2019 – Dispõe sobre o fornecimento, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, das informações de adimplemento de pessoas naturais e de pessoas jurídicas aos gestores de bancos de dados de que trata a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, e sobre as condições para a obtenção e o cancelamento de registro desses gestores.

Resolução nº 4.763, de 27 de novembro de 2019 – Dispõe sobre a autorização para captação de depósitos de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) pelas cooperativas de crédito e altera normas sobre as instituições integrantes do SBPE, sobre o cumprimento da exigibilidade de aplicação dos recursos captados em depósitos de poupança e sobre as instituições autorizadas a emitir Letra Imobiliária Garantida.

Circular e Resolução BCB

Circular nº 2.981, de 28 de abril de 2000 – Estabelece procedimentos relativamente à autorização para a instalação de dependências, no exterior, e para a participação societária, direta ou indireta, no País e no exterior, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Circular nº 3.057, de 31 de agosto de 2001 – Aprova regulamento que disciplina o funcionamento dos sistemas operados pelas câmaras e pelos prestadores de serviços de compensação e de liquidação que integram o sistema de pagamentos.

Circular nº 3.165, de 4 de dezembro de 2002 – Dispõe sobre a remessa de informação ao Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central do Brasil – Unicad.

Circular nº 3.180, de 26 de fevereiro de 2003 – Dispõe sobre procedimentos complementares a serem observados pelas instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e administradoras de consórcio, relativamente à instrução de processos.

Título:	3.	Instrução e exame de processos – aspectos gerais
Capítulo:	4.	Diretrizes de análise de processos
Seção:	60.	Base legal e regulamentar
Subseção:	20.	Normas

[Circular nº 3.215, de 12 de dezembro de 2003](#) – Estabelece procedimentos relativos à remessa de estatutos e contratos sociais de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de administradoras de consórcio.

[Circular nº 3.433, de 3 de fevereiro de 2009](#) – Dispõe sobre concessão de autorização para funcionamento, transferência de controle societário, cisão, fusão, incorporação, prática de outros atos societários e exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em administradoras de consórcio, bem como sobre o cancelamento de autorização para funcionamento e para administração de grupos de consórcio.

[Circular nº 3.611, de 31 de outubro de 2012](#) – Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de eleição ou nomeação para exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e altera disposições da Circular nº 3.502, de 26 de julho de 2010.

[Circular nº 3.649, de 11 de março de 2015](#) – Dispõe sobre os procedimentos para instrução de processos de constituição, autorização para funcionamento, alterações de controle societário, reorganização societária, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento das instituições que especifica.

[Circular nº 3.682, de 4 de novembro de 2013](#) – Aprova o regulamento que disciplina a prestação de serviço de pagamento no âmbito dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), estabelece os critérios segundo os quais os arranjos de pagamento não integrarão o SPB e dá outras providências.

[Circular nº 3.743, de 8 de janeiro de 2015](#) – Aprova o regulamento que disciplina as atividades de registro e de depósito centralizado de ativos financeiros e a constituição de ônus e gravames sobre ativos financeiros registrados ou depositados.

[Circular nº 3.771, de 4 de novembro de 2015](#) – Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas cooperativas de crédito para instrução de processos referentes a pedidos de autorização e dá outras providências.

Título:	3.	Instrução e exame de processos – aspectos gerais
Capítulo:	4.	Diretrizes de análise de processos
Seção:	60.	Base legal e regulamentar
Subseção:	20.	Normas

[Circular nº 3.790, de 5 de maio de 2016](#) - Estabelece procedimentos a serem observados no processo de credenciamento de Entidade de Auditoria Cooperativa (EAC) e de empresa de auditoria independente para a realização das atividades de auditoria cooperativa de que trata a Resolução nº 4.454, de 17 de dezembro de 2015.

[Circular nº 3.885, de 26 de março de 2018](#) – Estabelece os requisitos e os procedimentos para autorização para funcionamento, alteração de controle e reorganização societária, cancelamento da autorização para funcionamento, condições para o exercício de cargos de administração nas instituições de pagamento e autorização para a prestação de serviços de pagamento por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Circular nº 3.891, de 28 de março de 2018](#) – Dispõe sobre a autorização para o exercício da função de agente fiduciário em emissão de Letra Imobiliária Garantida, de que trata a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

[Circular nº 3.898, de 17 de maio de 2018](#) – Dispõe sobre procedimentos para instrução de processos de autorização para funcionamento, de cancelamento da autorização para funcionamento, de autorização para transferência de controle societário e para reorganização societária e sobre procedimentos para comunicação de alteração em participação qualificada da sociedade de crédito direto e da sociedade de empréstimo entre pessoas.

[Circular nº 3.941, de 23 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre o fornecimento, pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, do Mapa de Composição de Capital.

[Circular nº 3.962, de 24 de setembro de 2019](#) – Dispõe sobre os procedimentos aplicáveis aos processos de autorização para funcionamento, de cancelamento da autorização para funcionamento, de autorização para alteração de controle societário e para reorganização societária das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte.

[Resolução BCB nº 14, de 9 de setembro de 2020](#) – Consolida as normas sobre o processo de registro de gestor de banco de dados para a recepção de informações de adimplemento de que trata a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, oriundas de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre os processos de cancelamento do referido registro, de comunicação de designação ou desligamento de diretor responsável e de

Título:	3.	Instrução e exame de processos – aspectos gerais
Capítulo:	4.	Diretrizes de análise de processos
Seção:	60.	Base legal e regulamentar
Subseção:	20.	Normas

comunicação de alteração no grupo de controle e sobre os procedimentos para o fornecimento de informações pelas administradoras de consórcio a gestores de banco de dados.

Carta Circular e Instrução Normativa BCB

[Carta Circular nº 3.129, de 1º de abril de 2004](#) – Divulga procedimento relativo à instrução de processos por parte de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de administradoras de consórcio.

[Carta Circular nº 3.588, de 18 de março de 2013](#) – Estabelece o uso do Sistema de Transferência de Arquivos (STA) para o intercâmbio de arquivos digitais entre o Banco Central do Brasil e as instituições cadastradas no Sisbacen.

[Carta Circular nº 3.598, de 23 de maio de 2013](#) – Divulga modelos de documentos necessários à instrução de processos de constituição, autorização para funcionamento, alteração de controle societário, aquisição de participação qualificada, expansão de participação qualificada, reorganização societária e cancelamento da autorização para funcionamento de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio, cooperativas de crédito e sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, nos termos da Circular nº 3.649, de 11 de março de 2013.

[Carta Circular nº 3.739, de 11 de dezembro de 2015](#) – Divulga modelos de documentos necessários à instrução dos processos de interesse das cooperativas de crédito.

[Carta Circular nº 3.788, de 23 de novembro de 2016](#) – Divulga modelos de documentos necessários à instrução de processos de eleição ou nomeação para exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio, cooperativas de crédito e instituições de pagamento, nos termos da Circular nº 3.611, de 31 de outubro de 2012.

[Carta Circular nº 3.897, de 9 de agosto de 2018](#) – Divulga modelos de documentos necessários à instrução de processos de que trata a Circular nº 3.885, de 26 de março de 2018, referentes a autorização para funcionamento, alteração de controle, reorganização

Título:	3.	Instrução e exame de processos – aspectos gerais
Capítulo:	4.	Diretrizes de análise de processos
Seção:	60.	Base legal e regulamentar
Subseção:	20.	Normas

societária, cancelamento da autorização para funcionamento, eleição de administradores de instituições de pagamento, bem como de prestação de serviços de pagamento por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Carta Circular nº 3.898, de 9 de agosto de 2018](#) – Divulga modelos de documentos necessários à instrução de processos de autorização para funcionamento, cancelamento da autorização para funcionamento, alteração de controle societário, mudança de objeto social e fusão, cisão ou incorporação das sociedades de crédito direto (SCD) e das sociedades de empréstimo entre pessoas (SEP), nos termos da Circular nº 3.898, de 17 de maio de 2018.

[Carta Circular nº 3.950, de 21 de maio de 2019](#) – Estabelece os procedimentos a serem observados no fornecimento de informações acerca da composição societária das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de que trata a Circular nº 3.941, de 23 de abril de 2019.

[Instrução Normativa BCB nº 77, de 11 de fevereiro de 2021](#) – Estabelece procedimentos relativos ao envio de documentos e informações, de respostas a exigências e de interposição de recursos, à formalização de exigências, à comunicação da decisão e às demais comunicações relacionadas com a instrução e com o exame de processos de autorização conduzidos pelo Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf), e dá outras providências.

Portaria

[Portaria nº 56.095, de 26 de fevereiro de 2010](#) – Delega competência ao Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) para expedir comunicações de crimes e seus indícios ao Ministério Público, e de irregularidades e ilícitos administrativos à Receita Federal do Brasil, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à Superintendência de Seguros Privados (Susep).

[Portaria nº 108.302, de 17 de setembro de 2020](#) – Fixa os prazos máximos para a decisão administrativa dos pedidos de atos públicos de liberação da atividade econômica requeridos ao Banco Central do Brasil e classifica os níveis de risco relacionados à referida liberação, nos termos do disposto no Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, que regulamenta a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

Título:	3.	Instrução e exame de processos – aspectos gerais
Capítulo:	4.	Diretrizes de análise de processos
Seção:	60.	Base legal e regulamentar
Subseção:	20.	Normas

Comunicado

[Comunicado nº 6.323, de 21 de agosto de 1998](#) – Dispensa o encaminhamento de atos societários que contenham deliberações que independem de autorização do Banco Central do Brasil.

[Comunicado nº 8.768, de 21 de agosto de 2001](#) – Esclarece acerca de formalização de consultas sobre interpretação de normas e de pedidos relacionados a procedimentos previstos em normativos editados pelo Banco Central do Brasil.

[Comunicado nº 11.327, de 20 de agosto de 2003](#) – Presta esclarecimento sobre mensagens transmitidas por meio de correios eletrônicos e não atendidas ou acessadas pelas instituições financeiras.

[Comunicado nº 18.176, de 13 de março de 2009](#) – Esclarece sobre o exame de pleitos de interesse das instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e administradoras de consórcio e revoga o Comunicado nº 15.358, de 2007.

[Comunicado nº 33.619, de 24 de maio de 2019](#) – Divulga às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito, esclarecimento sobre o envio, por meio eletrônico, de mapas de composição de capital.